



Relatório Circunstanciado

1. Dados do Empregador

A ação fiscal foi efetuada no empregador [REDACTED], CNPJ/CPF [REDACTED], situado à Estrada São Caetano 1265, Estrada lateral, São Caetano, Porto Alegre, RS, 91225-040, em atendimento à Ordem de Serviço nº 11547433-1, emitida em 13/08/2024.

2. Equipe Fiscal

Ministério do Trabalho e Emprego

[REDACTED] Fiscal do Trabalho CIF [REDACTED]
[REDACTED] Auditor-Fiscal do Trabalho CIF [REDACTED]
[REDACTED] Auditor-Fiscal do Trabalho CIF [REDACTED] 5

Ministério Público do Trabalho

[REDACTED] Procuradora do Trabalho
[REDACTED] Ag. de Seg. Institucional Matr. [REDACTED]
[REDACTED] Ag. de Seg. Institucional Matr. [REDACTED]

Polícia Federal

[REDACTED] DPF Matr. [REDACTED]
[REDACTED] APF Matr. [REDACTED]
[REDACTED] APF Matr. [REDACTED]

Polícia Civil – Delegacia do Idoso

[REDACTED] Inspetor ID [REDACTED]
[REDACTED] Inspetora ID [REDACTED]
[REDACTED] Inspetor ID [REDACTED]

3. Da ação fiscal:

A ação fiscal, na fazenda localizada na Estrada São Caetano 1265, parte final do beco lateral conhecido como "Beco da servidão", coordenadas GPS 30°11'33" S e 51°4'34" W, São Caetano, Porto Alegre - RS, iniciou-se às 10h30min, do dia 02/07/2024.

Durante a fiscalização foi verificado que a propriedade pertencia a [REDACTED] RG [REDACTED] e [REDACTED] RG [REDACTED], sendo que foi vendida em setembro de 2023 a [REDACTED] RG: [REDACTED]. O trabalhador não se encontrava na propriedade no momento da inspeção. Foi declarado, pelos novos proprietários do imóvel, que o trabalhador não tinha mais condições de trabalho, em razão da idade e das condições de saúde; que os antigos proprietários ficaram de buscá-lo, mas não o fizeram; e que assim permitiram que continuasse vivendo na propriedade "de favor"; que não havia parentes próximos; e que o trabalhador havia falecido no mês de maio de 2024. Foi apresentado Contrato de Comodato do imóvel onde o idoso residia.

O trabalhador que residia na propriedade se chamava [REDACTED] RG: [REDACTED] CPF: [REDACTED] e faleceu em 21/05/2024, conforme Certidão de Óbito obtida pela Polícia Civil - Delegacia do Idoso, e encaminhada à equipe de fiscalização.

4. Conclusão:

Devido ao falecimento do Sr. [REDACTED] ficou prejudicada a realização da fiscalização para verificação de possível vínculo de emprego e sujeição ao trabalho em condições análogas às de escravidão.